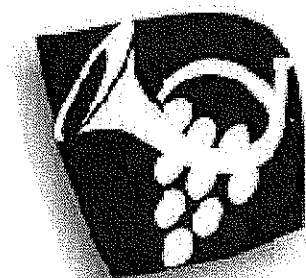
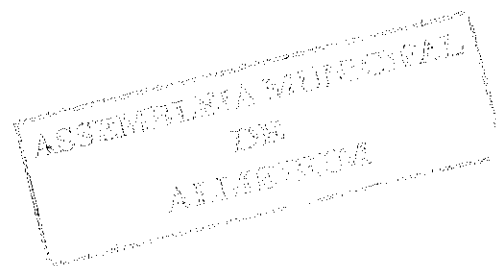


MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



Almeirim
Câmara Municipal

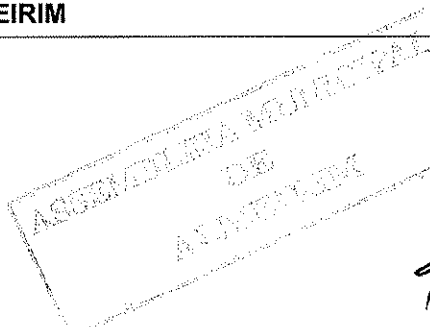
Handwritten signatures and initials, including 'M. T. F.' and 'to'.



CONTAS CONSOLIDADAS

ANO 2021

ÍNDICE



[Handwritten signatures and initials]

I - RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1	Introdução	4
2	Perímetro de Consolidação	4
3	Método de Consolidação	5

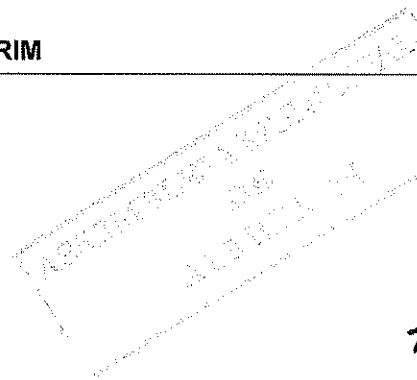
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1	Balanço Consolidado	9
2	Demonstração de Resultados Consolidada	11
3	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada	13
4	Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	15
5	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	17
6	Relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante	23

III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

1	Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	26
2	Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	29

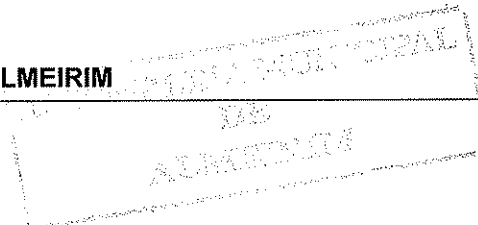
IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS	30
---	-----------



[Handwritten signatures and initials]

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSOLIDADO



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Amor"
 - Middle right: "JHE"
 - Bottom right: "AG", "TEJ", "R"

1 - INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta as demonstrações financeiras consolidadas e os anexos correspondentes, inerentes ao exercício económico de 2021, de acordo com o estabelecido na legislação.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. Tal deriva do n.º 1 do Artigo 75º, onde se refere que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, designando-se ao abrigo do n.º 2 do referido artigo, por entidades consolidantes, significando que o Município de Almeirim não tem de consolidar contas com associações de municípios ou com a comunidade intermunicipal.

De acordo com o referido no n.º 3 do mesmo artigo, as entidades a incluir no perímetro de consolidação, são aquelas em que se possua a maioria do capital social (ou equivalente) e /ou detenha poder de controlo sobre as mesmas, sendo que o Município não se inclui nesta situação.

No entanto, nos termos do n.º 6 do Artigo 75º, as empresas locais que integram o setor empresarial local devem ser consolidadas, na proporção e independentemente da participação ou detenção do município, enquadrando-se o Município de Almeirim nesta condição.

No âmbito do preconizado no n.º 2 do Artigo 76º, os documentos de prestação de contas consolidados deverão ser aprovados e apreciados respetivamente pela Câmara e Assembleia Municipal, na sessão ordinária de Junho.

2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Na tabela seguinte apresenta-se a denominação da entidade a consolidar através do método de equivalência patrimonial.

Denominação Social	Capital detido (%)	Método de consolidação
Águas do Ribatejo, EM, S.A.	15,45%	MEP

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

O Município de Almeirim está dispensado de incluir no perímetro de consolidação, as entidades que integram o quadro abaixo apresentado.

Entidade Participada		Forma Jurídica	Participação do Município %	Contribuição para a dívida total do Município	Resultado Líquido Exercício 2021	Tipo de Entidade
Denominação	NIPC					
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	0,32%		373 688,05 €	Não Societária
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	508787033	Associação de Municípios	8,45%	1 591,57 €	215 380,04 €	Não Societária
RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	504876864	Associação de Municípios	18,70%		13 720,51 €	Não Societária
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	Associação de Municípios	1,16%	195,53 €	87 631,03 €	Não Societária
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Associação de Municípios	4,81%		18 262,40 €	Não Societária
QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses	508574170	Associação de Municípios	2,70%		7 295,92 €	Não Societária
COTHN - Centro Operativo e Transformador Hortofrutícola Nacional	505813238	Outra Societária	2,17%		15 253,19 €	Societária
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956538	Outra Societária	0,04%		4 683 257,06 €	Societária
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Fundo	0,10%		s/ informação	Fundo

No Caso da ANMP, CIMLT, RESIURB, AMPV, AMVT e QUALIFICA, uma vez que são Entidades Associativas Municipais e Intermunicipais, são entidades consolidantes ao abrigo do n.º 2 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

A Tagusgás e a COTHN são Entidades participadas, onde o Município não exerce qualquer poder de controlo, não sendo consideradas, por força do previsto nos n.ºs 3, 4 e 5 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

O Fundo de Apoio Municipal é detido em 50% pelo governo central e em 50% por municípios.

3 – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Na consolidação de contas do Município, foi adotado o Método de Equivalência Patrimonial, nos termos da NCP23 e das notas de enquadramento à conta “41 – Investimentos Financeiros” (Portaria n.º 189/2016, de 14 de Julho).

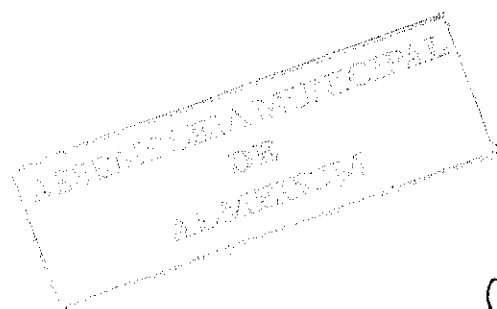
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Este método de contabilização dos investimentos financeiros caracteriza-se por, a todo o momento a conta 41 refletir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida.

O Município de Almeirim iniciou a consolidação de contas em 2017, tendo sido realizado o ajuste dos valores dos anos anteriores (desde a data de criação da empresa) com reflexão na conta "55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas".

Para cálculo do valor a considerar na conta "7851 - Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos - Aplicação do método da equivalência patrimonial" (valor que acresce ao resultado líquido) foi, à semelhança de anos anteriores, multiplicado o Resultado Líquido do Exercício da entidade participada pela percentagem de participação do Município de Almeirim no seu capital. A contrapartida desta conta foi lançada na conta "4121 - Participação de Capital - Método de Equivalência Patrimonial".

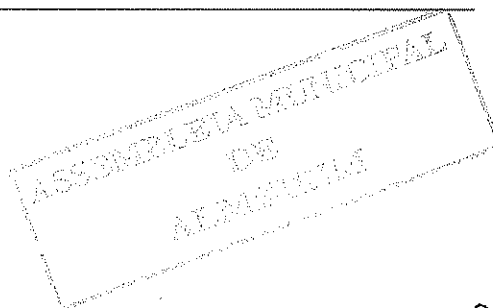
O valor a considerar é: $2.009.992,73 \text{ €} \times 15,45\% = 310.543,88 \text{ €}$.



[Handwritten signatures and initials]

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

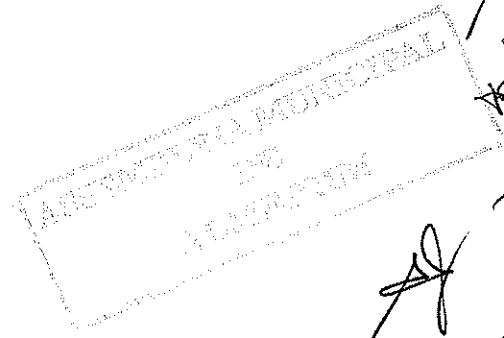


[Handwritten signatures and initials]

1. BALANÇO CONSOLIDADO

BALANÇO CONSOLIDADO

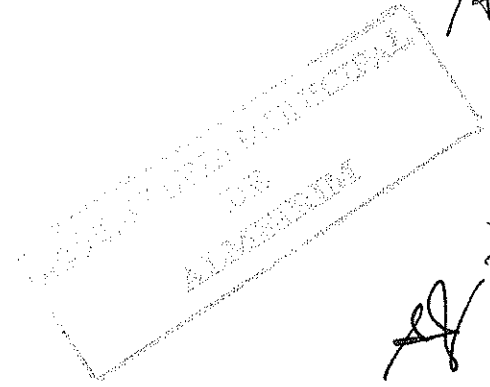
Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		65 783 818,64 €	62 473 838,83 €
Ativos fixos tangíveis		61 525 697,94 €	58 954 373,50 €
Ativos intangíveis		13 399,16 €	3 073,65 €
Participações financeiras		4 244 721,54 €	3 516 391,67 €
Outras contas a receber			0,01 €
Ativo corrente		6 007 069,37 €	7 942 714,58 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		5 565,80 €	5 565,80 €
Clientes, contribuintes e utentes		107 487,45 €	174 941,89 €
Outras contas a receber		1 295 148,30 €	3 136 183,11 €
Diferimentos		36 311,10 €	8 148,36 €
Caixa e depósitos		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
Total Ativo		71 790 888,01 €	70 416 553,41 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		63 589 657,30 €	62 117 093,77 €
Património/Capital		99 566 603,59 €	99 566 603,59 €
Resultados transitados		-54 663 508,98 €	-51 483 669,35 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 264 152,03 €	846 366,04 €
Outras variações no património líquido		16 396 450,47 €	13 252 375,25 €
Resultado líquido do período		1 025 960,19 €	-64 581,76 €
Total Património Líquido		63 589 657,30 €	62 117 093,77 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		6 015 428,37 €	6 385 684,04 €
Provisões		73 270,24 €	186 684,21 €
Financiamentos obtidos		5 942 158,13 €	6 198 999,83 €
Passivo corrente		2 185 802,34 €	1 913 775,60 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			4 915,10 €
Fornecedores		1 347,10 €	25 096,44 €
Estado e outros entes públicos		85 642,75 €	87 636,54 €
Financiamentos obtidos		783 755,90 €	576 069,63 €
Fornecedores de investimentos		24 013,58 €	31 052,66 €
Outras contas a pagar		1 291 043,01 €	1 189 005,23 €
Total Passivo		8 201 230,71 €	8 299 459,64 €
Total Património Líquido e Passivo		71 790 888,01 €	70 416 553,41 €



2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		5 430 200,65 €	4 168 625,37 €
Vendas		132 134,26 €	101 546,85 €
Prestações de serviços e concessões		317 935,06 €	342 391,56 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		8 423 129,96 €	8 913 711,90 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		310 543,88 €	
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-4 089 405,26 €	-3 719 181,16 €
Gastos com pessoal		-5 596 981,38 €	-5 075 262,37 €
Transferências e subsídios concedidos		-1 936 012,32 €	-2 067 223,34 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-161 186,10 €
Provisões (aumentos/reduções)		112 832,57 €	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		1 292 430,40 €	854 809,12 €
Outros gastos		-364,55 €	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 396 443,27 €	3 358 231,83 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 326 199,91 €	-3 376 152,54 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 070 243,36 €	-17 920,71 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 396,21 €	281,38 €
Juros e gastos similares suportados		-45 679,38 €	-46 942,43 €
Resultado antes de impostos		1 025 960,19 €	-64 581,76 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1 025 960,19 €	-64 581,76 €

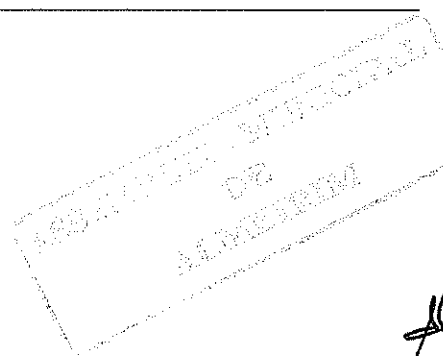


3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		474 466,19 €	565 302,93 €
Recebimentos de contribuintes		4 801 967,09 €	4 055 689,28 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		10 163 409,97 €	9 187 007,39 €
Recebimentos de utentes		149 791,64 €	113 580,34 €
Pagamentos a fornecedores		-3 520 705,24 €	-2 419 396,45 €
Pagamentos ao pessoal		-5 493 827,24 €	-4 937 783,70 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 953 658,38 €	-1 845 201,72 €
Caixa gerada pelas operações		4 621 444,03 €	4 719 198,07 €
Outros recebimentos/pagamentos		-178 499,96 €	-587 835,14 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		4 442 944,07 €	4 131 362,93 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-5 747 438,59 €	-3 406 387,28 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		21 092,59 €	31 819,86 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		783 910,28 €	769 159,01 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 022 519,65 €	627 035,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3 919 916,07 €	-1 978 373,41 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		350 000,00 €	465 000,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 396,21 €	281,38 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-875 323,43 €	-845 621,04 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-54 419,48 €	-37 005,35 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento			-11 222,73 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-578 346,70 €	-428 567,74 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 617 875,42 €	2 893 453,64 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 617 875,42 €	2 893 453,64 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		4 617 875,42 €	2 893 453,64 €
SGA De execução orçamental		4 337 015,01 €	2 624 497,84 €
SGA De operações de tesouraria		280 860,41 €	268 955,80 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
SGS De execução orçamental		4 212 891,72 €	4 337 015,01 €
SGS De operações de tesouraria		349 665,00 €	280 860,41 €



[Handwritten signatures and initials]

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

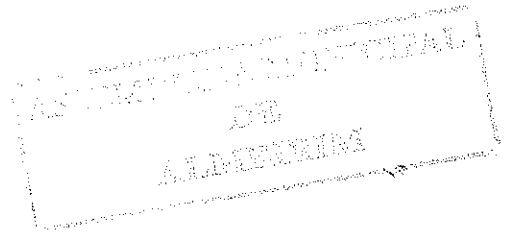
Designação	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido			
		Capital / Património	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do			TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		99 566 603,59 €					-51 483 669,35 €	846 366,04 €			13 252 375,25 €			-64 581,76 €	62 117 093,77 €	62 117 093,77 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)							-248 545,68 €				3 340 175,49 €				3 091 629,81 €	3 091 629,81 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização																
Excedentes de revalorização e respetivas variações																
Transferências e subsídios de capital																
Outras alterações reconhecidas no Património líquido																
Correção de erros materiais							-248 545,68 €				777 924,70 €				529 379,02 €	529 379,02 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)														1 025 960,19 €	1 025 960,19 €	1 025 960,19 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)														1 025 960,19 €	4 117 590,00 €	3 807 046,12 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)																
Subscrições de capital/património																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
Subscrições de prémios de emissão																
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		99 566 603,59 €					-54 663 508,98 €	1 264 152,03 €			16 396 450,47 €			1 025 960,19 €	63 589 657,30 €	63 589 657,30 €

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL
DB
ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

[Handwritten signatures and initials]



5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

Denominação da Entidade	Município de Almeirim
NIPC	501273433
Natureza	Autarquia Local
Endereço	Rua 5 de Outubro, 52
Código Postal	2080-052 Almeirim
Telefone	243594100
Endereço Eletrónico	geral@cm-almeirim.pt
Sítio da internet	www.cm-almeirim.pt
Principal legislação aplicável	Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de Setembro
Período de Relato	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE PARTICIPADA INCLUÍDA NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

A **AR-Águas do Ribatejo, EM S.A.**, é uma empresa intermunicipal constituída sob a forma de sociedade anónima. O seu capital é 100% público e é detido pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

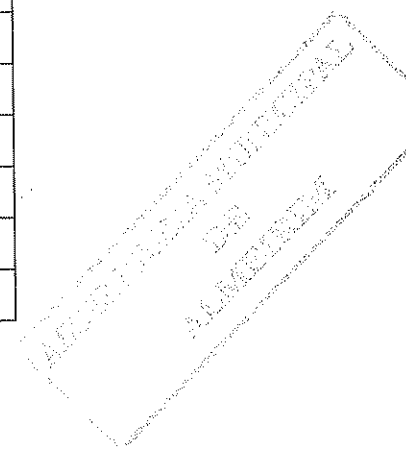
Foi criada em Dezembro de 2007 com o objetivo de explorar e gerir os sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e de saneamento de águas residuais dos municípios que a integram, prosseguindo o seu objetivo, designadamente, através de:

- Promoção direto ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento. Abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes; e
- Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A sua estrutura de participantes e de capital é a seguinte:

Handwritten signatures and initials:
 P
 M
 A
 P
 M
 P

Municípios	Participação no Capital Social (€)	Participação (%)
Almeirim	2 123 786,00 €	15,45%
Alpiarça	742 268,00 €	5,40%
Benavente	2 258 936,00 €	16,44%
Chamusca	1 119 814,00 €	8,15%
Coruche	2 065 864,00 €	15,03%
Salvaterra de Magos	1 950 022,00 €	14,19%
Torres Novas	3 482 672,00 €	25,34%
Total	13 743 362,00 €	100,00%



A composição dos Órgãos Sociais a 31/12/2021 era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Pedro Miguel César Ribeiro

Secretário – Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado

Conselho de Administração

Presidente – Francisco Silvestre de Oliveira

Vogal – Catarina Pinheiro Vale

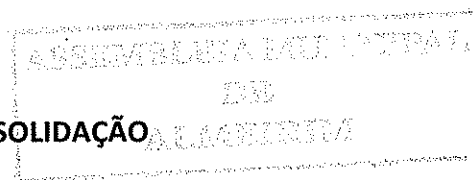
Vogal – Pedro Paulo Ramos Ferreira

Órgão de Fiscalização

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC

A Entidade **AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A.** consta da listagem das entidades públicas reclassificadas publicada pelo INE. No entanto, e apesar de seguir o SNC empresarial, não possui contabilidade orçamental nos termos definidos na NCP26 do SNC-AP, nem similar, pelo que em termos de consolidação orçamental não é possível preparar uma consolidação orçamental minimamente eficaz.

3 – INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO



A **AR-Águas do Ribatejo, EM, S.A.**, sendo uma empresa municipal enquadra-se no disposto pelo nº 6 do Artigo 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, na NCP22 e normas conexas, onde se conclui que as empresas municipais, sem controlo, têm de ser consolidadas com o Município pela proporção detida, utilizando-se para o efeito o método da equivalência patrimonial.

4 – SITUAÇÃO ESPECÍFICA DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Atendendo ao baixo número de pontos que foram alvo de alterações, face à prestação de contas individual do Município pela aplicação do MEP, apenas se irão apresentar os pontos das notas ao Balanço e Demonstração de Resultados que sofreram alterações.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A participação na AR, Águas do Ribatejo, EM, S.A. encontra-se valorizada pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as restantes participações se encontram valorizadas pelo método de custo. A participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) está registada pelo valor comunicado pela própria entidade.

NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Ass
A/S
10/12/21
JHE
A
JHE
A

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos consolidação	Montantes consolidados		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido		Início do período	Final do período	
Impostos diretos	3 158 389,07 €			3 158 389,07 €		
Impostos indiretos	2 113 971,43 €			2 113 971,43 €		
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 985 432,04 €			1 985 432,04 €		
Outros	9 287,54 €			9 287,54 €		
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						
Taxas	107 453,71 €			107 453,71 €		
Multas e outras penalidades	38 427,80 €			38 427,80 €		
Transferências sem condição	8 063 103,48 €			8 063 103,48 €		
Rendimentos em entidades controladas			310 543,88 €	310 543,88 €		
TOTAL	15 476 065,07 €		310 543,88 €	15 786 608,95 €		

ASSOCIATIVA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Mov. Consolidados	Saldo Final
Património/Capital	99 566 603,59 €				99 566 603,59 €
Resultados transitados	- 51 437 064,08 €	544 379,02 €	907 718,32 €		- 51 800 403,38 €
Regularizações	- 46 605,27 €		2 816 500,33 €		- 2 863 105,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros	846 366,04 €	417 785,99 €			1 264 152,03 €
Outras variações no património líquido	13 252 375,25 €	14 246 750,02 €	11 102 674,80 €		16 396 450,47 €
Resultado líquido do período		715 416,31 €		310 543,88 €	1 025 960,19 €
Total Património Líquido	62 181 675,53 €	15 924 331,34 €	14 826 893,45 €	310 543,88 €	63 589 657,30 €

O património líquido do Município é constituído pelas rubricas seguintes:

a) Património

O Município não detém capital social e o valor registado de 99.566.603,59 € na conta património/capital corresponde ao saldo existente na transição do normativo contabilístico POCAL para o atual SNC-AP.

b) Resultados Transitados

São constituídos pelas contas 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores e 562 – Regularizações.

A conta 561-Resultados Transitados de Períodos Anteriores apresenta em 31/12/2021 um saldo final de – 51.800.403,38 €, que resulta da integração do Resultado Líquido de 2020 de - 64.581,76 e de correções efetuadas a exercícios anteriores de 298.787,54 €.

A conta 562 – Regularizações apresenta um saldo de 2.863.105,60 €, que resulta da correção de estimativas incorretas.

c) Ajustamentos em Ativos Financeiros

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

A conta 571-Ajustamentos em Ativos Financeiros apresenta um saldo de 1.264.152,03 €, que resulta da integração do saldo de 2020 da empresa Águas do Ribatejo e da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial à participação do Município de Almeirim na empresa.

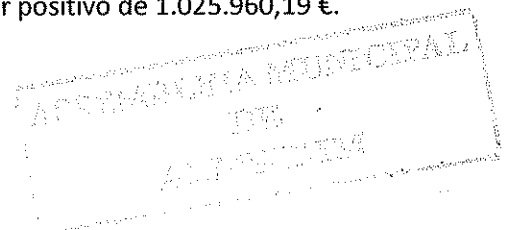
d) Outras Variações do Património Líquido

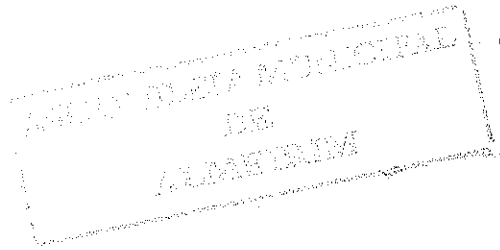
A conta 5931 – Transferências e Subsídios para Aquisição de Ativos Depreciáveis apresenta-se desagregada por componente, candidatura ou finalidade, correspondendo os seus saldos a valores de subsídios ao investimento provenientes, na sua maioria, de participações comunitárias, cujos valores ainda não foram imputados a resultados. Assim, os créditos nestas contas representam transferências e subsídios cujas condições associadas foram cumpridas e os débitos representam a imputação a resultados da parcela do subsídio, na mesma proporção do reconhecimento dos gastos de depreciações dos bens financiados, apresentando um saldo de 14.056.562,73 €.

A conta 5939-Outras Transferências e Subsídios de Capital regista os montantes do FEF capital e da transferência ao abrigo do artigo 35º, nº 3, da Lei nº73/2013, que passaram a ser alocadas ao “Património”, em vez de serem registadas diretamente em rendimentos do período. Esta alteração de contabilização, provocou uma redução dos rendimentos do período de 2021 de 1.884.597,65 € (registados diretamente nesta conta).

e) Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período de 2021 apresenta um valor positivo de 1.025.960,19 €.





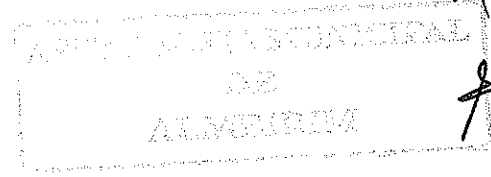
[Handwritten signatures and initials]

6. RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS DO ORGÃO DA ENTIDADE CONSOLIDANTE

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS					
Designação da entidade	Município de Almeirim				
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021				
Nome	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada	
Pedro Miguel César Ribeiro	Presidente da Câmara	31.386,18€	01 Janeiro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique, n.º 13 2080-145 Almeirim	
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-presidente	25.916,62€	01 Janeiro a 31 dezembro	R. Afonso Albuquerque, n.º 1 R/C Dto, 2080-007 Almeirim	
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Vereadora a tempo inteiro	24.597,21€	01 Janeiro a 31 dezembro	Rua José Peixe, 9-11 2080-581 Fazendas de Almeirim	
Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues	Vereador a tempo inteiro	26.133,75€	01 Janeiro a 31 dezembro	Rua D. Manuel I, Urbanização Quinta de S. Miguel, Lt. 52 2080-190 Almeirim	
Ana Sofia Fonseca Casebre	Vereadora a tempo inteiro	26.133,62€	01 Janeiro a 31 dezembro	Rua da Liberdade, n.º 88 Paço dos Negros 2080-640 Fazendas de Almeirim	
Eurico Manuel Lopes Henriques	Vereador	1.790,88€	01 Janeiro a 15 outubro	Rua dos Aliados n.º 101 2080-116 Almeirim	
Sónia Isabel Santos Silva Colaço	Vereadora	2.066,40€	01 Janeiro a 15 outubro	Rua Capitão Henrique Galvão, n.º 64, 2080-516 Almeirim	
António Joaquim Borrego Maximiano	Vereador a tempo inteiro	5.481,55€	15 Outubro a 31 dezembro	Rua Infante D. Henrique n.º 127-A 2080-145 Almeirim	
Beatriz de Almeida Silva Apolinário	Vereadora	482,16€	15 Outubro a 31 dezembro	Rua Pedro Álvares Cabral, n.º 21- 2º Esp. 2080-163 Almeirim	
Samuel José Rodrigues Tomé	Vereador suplente	0,60€	Reuniões de 20 e 28 janeiro, 17 fevereiro 2020 (aceito)	Rua 14 de agosto, n.º 31 2480-062 Calvaria de Cima	

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM



III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

CONSOLIDADAS

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2020
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	4 337 015,01 €				280 860,41 €	4 617 875,42 €	2 893 453,64 €
RI01	Operações orçamentais [1]	4 337 015,01 €					4 337 015,01 €	2 624 497,84 €
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras							
RI03	Operações de tesouraria [A]					280 860,41 €	280 860,41 €	268 955,80 €
RA02	Receita corrente	14 652 646,22 €					14 652 646,22 €	13 431 900,77 €
R1	Receita fiscal	4 801 967,09 €					4 801 967,09 €	4 055 689,28 €
R1.1	Impostos diretos	4 665 807,57 €					4 665 807,57 €	3 983 551,86 €
R1.2	Impostos indiretos	136 159,52 €					136 159,52 €	72 137,42 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	150 736,66 €					150 736,66 €	115 050,35 €
R4	Rendimentos de propriedade	785 306,49 €					785 306,49 €	769 440,39 €
R5	Transferências e subsídios correntes	8 333 858,85 €					8 333 858,85 €	7 901 625,58 €
R5.1	Transferências correntes	8 333 858,85 €					8 333 858,85 €	7 901 625,58 €
R5.1.1	Administrações Públicas	8 333 858,85 €					8 333 858,85 €	7 901 625,58 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 176 023,22 €					8 176 023,22 €	7 734 350,44 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	157 835,63 €					157 835,63 €	167 275,14 €
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - UE							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	445 651,31 €					445 651,31 €	541 845,30 €
R7	Outras receitas correntes	135 125,82 €					135 125,82 €	48 249,87 €
RA03	Receita de capital	2 873 163,36 €					2 873 163,36 €	1 944 236,67 €
R8	Venda de bens de investimento	21 092,59 €					21 092,59 €	31 819,86 €
R9	Transferências e subsídios de capital	2 852 070,77 €					2 852 070,77 €	1 912 416,81 €
R9.1	Transferências de capital	2 852 070,77 €					2 852 070,77 €	1 912 416,81 €
R9.1.1	Administrações Públicas	2 852 070,77 €					2 852 070,77 €	1 912 416,81 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 852 070,77 €					2 852 070,77 €	1 912 416,81 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - UE							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	17 529 727,68 €					17 529 727,68 €	15 398 085,95 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 918,10 €					3 918,10 €	21 948,51 €
RA05	Receita não efetiva [3]	550 000,00 €					550 000,00 €	465 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros	550 000,00 €					550 000,00 €	465 000,00 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	22 416 742,69 €					22 416 742,69 €	18 487 583,79 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					234 625,38 €	234 625,38 €	160 115,75 €

[Handwritten signatures and initials]

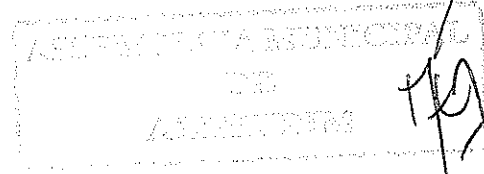
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2020
		RP	RG	UE	EMPR	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	11 556 532,08 €					11 556 532,08 €	9 684 709,91 €
D1	Despesas com o pessoal	5 493 827,24 €					5 493 827,24 €	4 939 100,13 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 036 017,44 €					4 036 017,44 €	3 708 853,45 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	153 816,91 €					153 816,91 €	109 031,44 €
D1.3	Segurança social	1 303 992,89 €					1 303 992,89 €	1 121 215,24 €
D2	Aquisição de bens e serviços	3 961 538,69 €					3 961 538,69 €	2 822 859,84 €
D3	Juros e outros encargos	45 419,48 €					45 419,48 €	46 913,25 €
D4	Transferências e subsídios correntes	1 953 658,38 €					1 953 658,38 €	1 845 201,72 €
D4.1	Transferências correntes	1 953 658,38 €					1 953 658,38 €	1 845 201,72 €
D4.1.1	Administrações Públicas	782 357,09 €					782 357,09 €	730 939,40 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social	23 105,50 €					23 105,50 €	19 873,57 €
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	759 251,59 €					759 251,59 €	711 065,83 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	767 875,95 €					767 875,95 €	779 119,18 €
D4.1.3	Famílias	403 425,34 €					403 425,34 €	395 143,14 €
D4.1.4	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes							
D5	Outras despesas correntes	102 088,29 €					102 088,29 €	30 634,97 €
DA02	Despesa de capital	5 893 869,03 €					5 893 869,03 €	3 620 180,31 €
D6	Aquisição de bens de capital	5 884 638,91 €					5 884 638,91 €	3 421 300,01 €
D7	Transferências e subsídios de capital	9 230,12 €					9 230,12 €	198 880,30 €
D7.1	Transferências de capital	9 230,12 €					9 230,12 €	198 880,30 €
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local							
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	9 230,12 €					9 230,12 €	198 880,30 €
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	17 450 401,11 €					17 450 401,11 €	13 304 890,22 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	753 449,86 €					753 449,86 €	845 678,56 €
D9	Despesa com ativos financeiros							11 281,85 €
D10	Despesa com passivos financeiros	753 449,86 €					753 449,86 €	834 396,71 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	18 203 850,97 €					18 203 850,97 €	14 150 568,78 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					165 820,79 €	165 820,79 €	148 211,14 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 212 891,72 €				349 665,00 €	4 562 556,72 €	4 617 875,42 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	4 212 891,72 €					4 212 891,72 €	4 337 015,01 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					349 665,00 €	349 665,00 €	280 860,41 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	79 326,57 €					79 326,57 €	2 093 195,73 €
DA10	Despesa primária	17 404 981,63 €					17 404 981,63 €	13 257 976,97 €
DA11	Saldo corrente	3 096 114,14 €					3 096 114,14 €	3 747 190,86 €
DA12	Saldo de capital	-3 020 705,67 €					-3 020 705,67 €	-1 675 943,64 €
DA13	Saldo primário	124 746,05 €					124 746,05 €	2 140 108,98 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	22 416 742,69 €					22 416 742,69 €	18 487 583,79 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	18 203 850,97 €					18 203 850,97 €	14 150 568,78 €

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.



[Handwritten signatures and initials]

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	2021
RA02	Receita corrente	14 652 646,22	DA01	Despesa corrente	11 556 532,08
R1	Receita fiscal	4 801 967,09	D1	Despesas com o pessoal	5 493 827,24
R1.1	Impostos diretos	4 665 807,57	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 036 017,44
R1.2	Impostos indiretos	136 159,52	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	153 816,91
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 303 992,89
R3	Taxas, multas e outras penalidades	150 736,66	D2	Aquisição de bens e serviços	3 961 538,69
R4	Rendimentos de propriedade	785 306,49	D3	Juros e outros encargos	45 419,48
R5	Transferências e subsídios correntes	8 333 858,85	D4	Transferências e subsídios correntes	1 953 658,38
R5.1	Transferências correntes	8 333 858,85	D4.1	Transferências correntes	1 953 658,38
R5.1.1	Administrações Públicas	8 333 858,85	D4.1.1	Administrações Públicas	782 357,09
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 176 023,22	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	157 835,63	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1.1.3	Segurança Social		D4.1.1.3	Segurança Social	23 105,50
R5.1.1.4	Administração Regional		D4.1.1.4	Administração Regional	
R5.1.1.5	Administração Local		D4.1.1.5	Administração Local	759 251,59
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	767 875,95
R5.1.3	Outras		D4.1.3	Famílias	403 425,34
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.4	Outras	
R6	Venda de bens e serviços	445 651,31	D4.2	Subsídios Correntes	
R7	Outras receitas correntes	135 125,82	D5	Outras despesas correntes	102 088,29
RA03	Receita de capital	2 873 163,36	DA02	Despesa de capital	5 893 869,03
R8	Venda de bens de investimento	21 092,59	D6	Aquisição de bens de capital	5 884 638,91
R9	Transferências e subsídios de capital	2 852 070,77	D7	Transferências e subsídios de capital	9 230,12
R9.1	Transferências de capital	2 852 070,77	D7.1	Transferências de capital	9 230,12
R9.1.1	Administrações Públicas	2 852 070,77	D7.1.1	Administrações Públicas	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 852 070,77	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R9.1.1.3	Segurança Social		D7.1.1.3	Segurança Social	
R9.1.1.4	Administração Regional		D7.1.1.4	Administração Regional	
R9.1.1.5	Administração Local		D7.1.1.5	Administração Local	
R9.1.2	Exterior - U E		D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	9 230,12
R9.1.3	Outras		D7.1.3	Famílias	
R9.2	Subsídios de capital		D7.1.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 918,10	D8	Outras despesas de capital	
RA04	Receita efetiva [1]	17 529 727,68	DA03	Despesa efetiva [4]	17 450 401,11
RA05	Receita não efetiva [2]	550 000,00	DA04	Despesa não efetiva [5]	753 449,86
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	550 000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	753 449,86
	Receita Total [3]=[1]+[2]	18 079 727,68		Despesa Total [6]=[4]+[5]	18 203 850,97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
28
ALMEIRIM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALMEIRIM



III - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

ASSOCIAÇÃO DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
12
ALMEIRIM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Município de Almeirim (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 71.790.888 euros e um total de património líquido de 63.589.657 euros, incluindo um resultado líquido de 1.025.960 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Almeirim** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

O órgão de gestão considera que, apesar do surgimento do novo Coronavírus, a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 deve

ser efetuada no pressuposto da continuidade das operações e não espera impactos significativos nos próximos 12 meses que justifiquem a adoção de outra base contabilística.

O Município adotou um plano de contingência com o objetivo de minimizar o efeito da pandemia Covid-19 na atividade operacional, não sendo possível, por incerteza, estimar o nível de condicionamento que a evolução da pandemia exercerá sobre as atividades a desenvolver em 2022.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 22.416.742 euros), a demonstração da

execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 18.203.851 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, XX de junho de 2022

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473

ASSOCIADOS SROCC, Lda
Lisboa



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

Nesta data emitimos Certificação Legal das Contas, documento que deve ser lido conjuntamente com este Parecer.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, somos de parecer que as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, referentes ao exercício de 2021, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no SNC-AP.

Lisboa, XX de junho de 2022

Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Inscrita na OROC sob o n.º 68, e na CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob n.º 849, e na CMVM sob o n.º 20160473



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Presidência

Proposta nº 160/2022/PR

Em cumprimento da alínea i) do nº 1 do art. 33º e alínea l), do nº 2 do art. 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, o executivo propõe à Assembleia Municipal que aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2021.

Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do n.º3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações.

Almeirim, 14 de junho de 2022

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel César Ribeiro

Assembleia Municipal de Almeirim	
Despacho	Apasovado por unanimidade com 2 votos a favor, 19 do PS e 2 de CDU. 14 de Junho, 2 de Maio e 2 de Maio
em 30.16.2022	Presidente <i>[Handwritten Signature]</i>



-----CERTIDÃO-----

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a catorze de Junho de dois mil e vinte e dois, consta a seguinte deliberação:-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO, REFERENTES AO ANO DE 2021, PARA POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO-----

-----Proposta do Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e alínea 1), do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, proponho ao executivo, que aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2021, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações".-----

-----Proposta aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----Por ser verdade e pedida, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, catorze de Junho de dois mil e vinte e dois.-----

A Assistente Técnica

Teresa Isabel de Matos Alexandre



2/7

CERTIDÃO

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a catorze de Junho de dois mil e vinte e dois, consta a seguinte deliberação:-----

-----APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO, REFERENTES AO ANO DE 2021, PARA POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APRECIÇÃO E VOTAÇÃO-----

-----Proposta do Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e alínea l), do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, proponho ao executivo, que aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2021, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações".-----

-----Proposta aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----Por ser verdade e pedida, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, catorze de Junho de dois mil e vinte e dois.-----

A Assistente Técnica

Teresa Isabel de Matos Alexandre



3

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Presidência

Proposta nº145/2022/PR

Em cumprimento da alínea i) do nº 1 do art. 33º e alínea l), do nº 2 do art. 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proponho ao executivo, que aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2021, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do n.º3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações.

Almeirim, 08 de junho de 2022

O Presidente da Câmara,

Pedro Miguel César Ribeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

REUNIÃO DE 14/6/22

Aprovado em
unanimidade e
assente

O Presidente da Câmara

✓



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CERTIDÃO

----- **Carlos Manuel Russo Mota**, Primeiro Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

----- Certifica que, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e vinte e dois, deliberou aprovar por maioria e minuta, os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao ano de dois mil e vinte e um, com vinte e um votos a favor, dezanove do Grupo do PS e dois do Grupo da CDU. Quatro abstenções, duas da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP e duas do Grupo do Chega. -----

----- E por ser verdade e pedida, mandei passar a presente certidão que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta edilidade. -----

----- Almeirim, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. -----

O Secretário da Assembleia Municipal,

Carlos Manuel Russo Mota